



FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) EM GÊNERO E SEXUALIDADES: NOVOS SABERES, NOVOS OLHARES

Ana Cristina Conceição Santos¹

O presente artigo traz uma reflexão e análise sobre o curso de formação continuada para professoras² da Rede Estadual de Educação da Bahia cujo tema foi “Formação de Educadores em Gênero e Sexualidade”. Esse curso realizou-se no segundo semestre de 2008, na modalidade à distância e teve como objetivo promover uma qualificação de professoras(es) do ensino Fundamental e Médio para a utilização de uma prática educativa voltada para as questões de gênero e sexualidade.

Procuraremos, através deste trabalho, evidenciar os resultados da participação das(os) docentes e para isso, retomaremos os conceitos de gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero; quais os conhecimentos e visões que os docentes apresentavam sobre a temática antes de iniciar o curso e como os novos conhecimentos contribuíram para a resignificação de suas práticas. O intuito da investigação é contribuir com os estudos que abordam a questão dos direitos humanos, gênero e sexualidades e afirmar o respeito às diferenças no espaço da escola.

Gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero: uma breve reflexão

O senso comum, que na maioria das vezes traz um juízo superficial permitindo apenas avaliarmos aparentemente as coisas, ao conceituar gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero o faz com cargas de preconceitos, julgamentos e tendo sua importância formulada de maneira errônea.

Louro (2003), através de uma perspectiva histórica do feminismo contemporâneo, mostra que a conceituação e utilização da categoria gênero, no sentido das relações sociais entre os sexos, surge no final da década de 60 do século passado. São as feministas anglo saxãs que utilizam o termo gênero diferenciando-o de sexo. O conceito de gênero torna-se, dessa forma, um conceito

¹ Mestre em Educação Brasileira; professora assistente da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade NUGSEX/DIADORIM da Universidade Estadual da Bahia. E-mail para contato: ayana_candace@yahoo.com.br.

² Estaremos fazendo referência em todo texto a professoras, pois a presença feminina foi maioria durante o curso.



analítico projetado para compreender, criticar e superar as diferenças e os embates entre homens e mulheres e que está diretamente ligado ao contexto histórico, cultural e social.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.³

O conceito de gênero pode ser articulado com o conceito de sexualidade, visto que, esses dois conceitos são reelaborados a partir de normas estabelecidas socialmente e culturalmente e vai definindo o que é ser masculino ou feminino e seus papéis sociais.

Corroborando com o pensamento de Brandão e Heilborn (2006) ao afirmarem que:

As experiências particulares de homens e mulheres no tocante à sexualidade e à reprodução só podem ser consideradas à luz das diferenças de gênero que conformam as representações e práticas masculinas e femininas em cada cultura.⁴

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 1975, definiu sexualidade como:

A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas.⁵

Pela definição dada pela OMS, desvela-se que a sexualidade é mais abrangente do que o simples ato sexual. Ela faz parte da personalidade e constitui-se de elementos físicos, afetivos, culturais e, nos referenciando a Foucault⁶, é uma categoria social que só pode existir no contexto social. Portanto, normatizar a sexualidade a partir de um padrão heterossexual em prejuízo das outras formas existentes é reforçar preconceitos e “verdades”.

No ano de 2007, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, órgão ligado ao Ministério da Educação (Secad/MEC), trouxe como abordagem em seu caderno de número quatro o tema “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”. Esse caderno, destinado aos profissionais da Educação, revela que as relações de gênero perpassam pela construção social e cultural em relação ao sexo biológico e vão refletir nas relações de poder, no sexismo, machismo e homofobia:

³ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003, p. 23.

⁴ BRANDAO, Elaine Reis e HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2006, vol.22, n.7, pp. 1421-1430.

⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. 1975. Disponível em: <http://www.who.int/country/bra/en>. Acesso em 19 abr. 2010.

⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio : Graal, 1993.



Ao se falar em gênero, não se fala apenas do macho ou fêmea, mas do masculino e feminino, em diversas e dinâmicas masculinidades e feminilidades. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é – e o que não é – considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades ao longo do tempo.⁷

Percebemos, pelo exposto acima, que as relações de gênero demarcam um lugar social, naturalizado, a cada um dos sexos. Notamos também que a masculinidade é construída a partir desse pensamento. Assim, o efeito de uma masculinidade edificada em cima desse referencial será de meninos, jovens e homens homofóbicos. Essa afirmação pode ser comprovada através da pesquisa realizada pela UNESCO (2001)⁸ tendo como abrangência 14 capitais brasileiras na qual os jovens pesquisados, estudantes do ensino Fundamental e Médio, do sexo masculino entendem como sendo uma das “agressões menos grave” bater em homossexuais.

A noção de orientação sexual é organizada pela lógica heterossexual, isto é, uma visão a partir da heteronormatividade que obriga aos binarismos macho/fêmea, sexo/gênero determinando que a sociedade se estruture por meio de pares polarizados, naturalizados e hierarquizados e que historicamente contribuem para a manutenção de práticas opressivas, sexistas e homofóbicas.

Sendo a orientação sexual o desejo sexual, erótico e afetivo espontâneo que poderá ter o direcionamento para pessoas do sexo oposto (heterossexual), do mesmo sexo (homossexual) ou de ambos os sexos (bissexual); logo, não se constitui como escolha racional, consciente do sujeito, ou seja, uma “opção sexual”.

De acordo com Cavalcanti (2007):

É preciso entender que a aceitação da bissexualidade e homossexualidade, ou simplesmente de diferentes formas de práticas sexuais e de expressões do desejo, também estão condicionadas às situações de classe, raça, idade, posição social e ao contexto histórico vivido. Isto depende da forma como a sociedade organiza e compreende a sexualidade e, assim também, da maneira como os discursos sobre tais práticas são produzidos e assimilados, sendo já um produto do que deve ser aceito, legitimado e regulamentado.⁹

Nesta perspectiva, a homossexualidade e bissexualidade não são validadas pela conjuntura social que traz a sexualidade, como já visto, pautada na heteronormatividade.

⁷ CADERNOS SECAD, nº 4. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, MEC/SECAD, 2007, p. 16.

⁸ ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. e SILVA, Lorena B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

⁹ CAVALCANTI, Camila Dias. *Visíveis e Invisíveis: Práticas e Identidade Bissexual*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. 2007. Universidade Federal de Pernambuco, p. 20.



A identidade de gênero é, muitas vezes, confundida com a orientação sexual. Quando falamos em identidade de gênero estamos fazendo referência ao sujeito que transpõe ao binarismo macho/fêmea. Dentro da identidade de gênero encontram-se as/os transgêneros (travestis e transexuais) que se identificam com o sexo biológico oposto ao qual nasceu. Conforme Prado e Machado (2008):

Alguém pode nascer biologicamente em um sexo mas identificar-se com outro. Neste caso, pode ser desejável corrigir o próprio corpo, uma vez que o sexo psicológico não é compatível com o biológico (transexual). Pode-se também modificar o próprio corpo em direção ao sexo oposto, sem negar a genitália (travesti). Outras identificações podem advir da diversidade de identificações de gênero possíveis, tais como *crossdressers*, *drag queens* ou *kings*... A identidade de gênero é independente da orientação sexual.¹⁰

Até aqui vimos uma sucinta reflexão sobre conceitos que nortearam a formação, das professoras da Rede Estadual de Educação da Bahia, sobre a temática gênero e sexualidade. Agora iremos mostrar as características mais importantes desse curso e das cursistas, a ressignificação da prática escolar a partir do curso e faremos nossas considerações.

Caracterização do curso e das cursistas

A formação continuada para professoras em “Formação de Educadores em Gênero e Sexualidade” foi promovido pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT) através da Diretoria de Formação e Experimentação Educacional e da Coordenação de Estudos e Experimentações Educacionais. Esse instituto é “responsável pela concepção e execução da formação dos recursos humanos da rede pública de ensino, por meio da experimentação e pesquisa”¹¹. O IAT é um órgão em regime especial da Secretaria Estadual de Educação da Bahia que atende aos profissionais da Educação (professores, gestores, escolares, coordenadores pedagógicos, bibliotecários, merendeiras, entre outros).

A formação iniciou-se no mês de outubro de 2008 e finalizou-se no mês de dezembro do mesmo ano. Os critérios de seleção e participação foram: pertencer ao quadro efetivo da Secretaria Estadual de Educação; estar lotado nos municípios atendidos pelos 16 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE's); estar em efetiva regência de classe; possuir conhecimentos básicos de informática e ter acesso a internet; ordem de inscrição.

Mesmo estabelecendo critérios para que as professoras se inscrevessem e participasse do curso, a verificação do conhecimento básico de informática e o acesso a internet não tinha como ser

¹⁰ PRADO, Marco Aurélio M. e MACHADO, Frederico V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 141-142.

¹¹Retirado do site: www.sec.ba.gov.br/iat



feito. Durante o curso nos deparamos com as dificuldades de algumas professoras com o ambiente virtual, pois o curso era ministrado na modalidade à distância.

Este texto refere-se à análise da participação da turma 2, NTE 15, localizado no município de Salvador. Foram selecionados para essa turma 43 professoras, porém 22 cursistas evadiram e 21 deram continuidade. Ao procurarmos as desistentes para saber os motivos da evasão, elas relataram as seguintes dificuldades:

- Sobrecarga de trabalho, pois muitas professoras têm jornada entre 40 a 60 horas semanais e não há garantia dentro desse horário para a formação profissional;
- Estarem escritas em outros cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação;
- Dificuldades no acesso a internet e ao ambiente do curso;
- Problemas pessoais.

A maioria das professoras participantes davam aulas no Ensino Fundamental II e Médio, totalizando 61,9%. As cursistas ministravam as seguintes disciplinas: Ciências Biológicas, Artes, História, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Séries Iniciais (Fundamental I).

Ressignificando a prática escolar através de novos conhecimentos

“Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”
Metamorfose Ambulante – Raul Seixas

Neste tópico iremos verificar de que maneira as professoras pensavam, quais os conhecimentos que traziam (a partir de suas visões de mundo) sobre gênero e sexualidade, como essa visão se modificou durante e após o curso refletindo em suas práticas pedagógicas. Essa análise será feita a partir da entrevista realizada na primeira aula presencial e do memorial entregue ao final do curso.

O conhecimento, da maioria das cursistas, sobre gênero e sexualidade estabeleceu-se a partir do achismo, do senso comum. Informações superficiais, demonstrando uma linha de pensamento binária e heteronormativa como apontam as falas abaixo:

O que você entende por relações de gênero? E por sexualidade? (pesquisadora)

É o homem e a mulher. Acredito que sexualidade tenha a ver com a relação sexual. (professora 1)

Gênero se refere ao masculino e feminino. Sexualidade é o sexo. (professora 2)

É ser do sexo feminino ou do sexo masculino. É fazer sexo, ter parceiros. (professora 3)



Meninos e meninas. Relações sexuais. (professora 4)

É ser do sexo masculino ou do sexo feminino. Antes de tratar das possíveis formas de orientações que docentes podem dar nas aulas, pode-se tratar do desejo e orientação sexual de cada um, pelo sexo oposto ou por pessoas do mesmo sexo, etc. (professora 5)

Como se percebe, gênero se resume, nas falas, no ser homem/mulher, masculino/feminino, meninos/meninas. Gênero não é percebido além do binarismo e dicotomia. O questionamento sobre o que se entende por relações de gênero não é respondido.

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma idéia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se "enquadram" em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito "gênero".¹²

As respostas sobre sexualidade foram sintetizadas ao ato sexual, sendo que, uma das professoras amplia a visão de sexualidade para orientação sexual englobando a homossexualidade. As professoras desconhecem que a sexualidade está presente desde do nosso nascimento e se constitui, como já exposto e definido pela Organização Mundial de Saúde, parte integral da personalidade humana.

Outra pergunta realizada era se as professoras abordavam questões relativas a gênero e sexualidade em sala de aula e de que forma se dava essa abordagem. Tivemos as seguintes respostas:

Não (professora 1)

Sim, quando falo sobre controle da natalidade e em conversas informais sobre a vida pessoal de meus alunos (professora 2)

Atualmente, por estar em uma sala de 2º ano com faixa etária baixa, ainda não abordei esse assunto, mas em outros momentos sim tendo o cuidado de adequar a fala para a faixa etária (professora 3)

Não, porque não sei se devo falar dessas coisas com os alunos (professora 4)

Quando trabalho aparelho reprodutivo, gravidez na adolescência, como evitar as doenças sexualmente transmissíveis... (professora 5)

Dois professoras admitem não tratar das questões nas aulas e uma delas têm dúvidas se deve tratar "dessas coisas" com os estudantes. Provavelmente essa professora desconhece o volume dos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicação do ano de 1998, que apresenta como temas transversais a orientação sexual para ser tratada de forma interdisciplinar nas escolas.

Uma das professoras evita trazer a temática para as crianças do 2º ano, do Ensino Fundamental I. Porém, é na infância que atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação as

¹² LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003, p. 34.



pessoas que não apresentam o modelo hegemônico (branco, masculino, burguês urbano e heterossexual) são introjetados.

Duas professoras abordam as questões de gênero e sexualidade na perspectiva da prevenção. Gênero e sexualidade não são problematizados, analisados de modo que possa contribuir na formação crítica dos estudantes.

Durante o curso observamos, nas discussões e participações online, a reformulação de visões, leituras de mundo das cursistas. O conhecimento apreendido era desvelado nos comentários e questionamentos como pode ser observado nos trechos dos memoriais:

Antes de fazer este curso eu tinha idéias diferentes da sexualidade: pensava que a criança, o idoso e os especiais, inclusive os cadeirantes e os com deficiência mental não tinham sexualidade... Percebi que em minha prática pedagógica, muitas vezes sem saber, estimulava a guerra entre os sexos ao dividir a turma por sexo para fazer algumas atividades e brincadeiras, principalmente avaliativas. Os conceitos que mais se modificaram foram da sexualidade dos especiais (cadeirantes e com deficiência mental) e dos idosos que precisam ser estimulados a aflorar sua sexualidade e não abafá-la ou sucumbi-la, e percebi a necessidade de policiamento para evitar fazer distinção de sexo ou incentivar a guerra entre eles e a questão da violência de gênero, assédio, abuso e violência sexual... Quero acrescentar esses assuntos da sexualidade na infância, na terceira idade nos especiais aos temas de palestras que dou nas igrejas onde sou convidada e em minhas aulas para enriquecer e esclarecer mais a comunidade e desmistificar muitos tabus e preconceitos que eu também tinha antes de fazer este curso maravilhoso. Minha participação neste curso foi muito boa, só não foi excelente por falta de tempo, quantas noites fui dormi às duas da manhã fazendo as atividades, lendo os textos. Aprendi muito também com os colegas e suas valiosas contribuições nos fóruns. (professora 1).

Acredito que muitos dos colegas, assim como eu, antes do início do curso, não estavam muito preparados para lidar com problemas diversos, no que diz respeito à sexualidade e gênero; eu, por exemplo, tinha muitas dúvidas acerca dos conceitos e não sabia diferenciar corretamente, sexualidade e gênero; agora, entretanto, depois de seguir passo a passo as atividades propostas pela moderadora do curso, ler textos na internet, recomendados, assim como outros que eu encontrava, durante buscas nos diversos sites. Na verdade, já houve em sala de aula, situações com alunos e alunas do ensino fundamental e mesmo do ensino médio que tinham comportamentos e atitudes que os faziam parecer um pouco diferentes dos seus outros colegas e, realmente, tornava o ambiente da sala, um pouco tumultuado; eu sempre tentava contornar a situação, mas não tinha um grande embasamento sobre a questão da sexualidade e gênero e, em algumas vezes, era necessário que eu levasse o caso para ser resolvido na direção da escola; agora, depois do curso, com certeza, terei embasamento para saber intervir e contornar situações que envolvam a questão da sexualidade. (professora 2).

Agora já sei que gênero e sexualidade é muito mais do que masculino e feminino. Sei que existem masculinidades e feminilidades e o que o gênero é construído socialmente... No curso descobri que esses temas não são apenas mais conteúdos para a disciplina de ciências, são temas que vão evitar o preconceito e promover o respeito entre todas as pessoas... Eu ainda tenho medo de que as famílias dos alunos façam queixa na direção quando falar de gênero e sexualidade, vou sugerir uma reunião com as famílias para mostrar a importância das crianças refletirem e estudarem esses assuntos que também aparece nas novelas. (professora 3).

O curso foi muito importante para mim... A relação de gênero, ao lado da cultura machista, impõe os limites para a construção de gênero; assim os pais procuram passar aos filhos, os comportamentos sociais e ideologias conforme o contexto social no qual estão inseridos... As estratégias que o professor deve utilizar para a educação sexual dos indivíduos que apresentam necessidades especiais, devem ser as mesmas trabalhadas com os outros "ditos normais"; esta minha opinião deve-se, principalmente ao fato de que fala-se tanto em inclusão e aí, trabalhar separadamente esta questão, seria descartar, em parte, o processo de inclusão... O professor deve ser atualizado para levar para os alunos conhecimentos concretos, sem preconceitos. Muitas vezes, nós mesmos, somos preconceituosos. (professora 4).



Iniciei o curso achando que seria mais um curso para receber a certificação, mas me enganei. Nesse curso aprendi muito sobre gênero e sexualidade. O assunto é complexo e desafiador...O papel da Educação vai além do levar os estudantes a aceitar e aprender a conviver com o diferente. Nós, enquanto educadores e educadoras devemos desconstruir o que foi imposto como verdade analisando o processo histórico e cultural. É nessa análise e tornando tais discussões como parte do conteúdo interdisciplinar é que iremos desfazer falsos conceitos em torno do gênero, sexualidade, etc... Sendo a escola o local onde os pais esperam que seus filhos aprendam e mudem certos comportamentos, é necessário que esta ofereça ao educando, uma educação sexual que esteja de acordo com a cultura seguindo o padrão, os objetivos dos PCN, buscam trabalhar a questão da sexualidade, tornando os alunos cidadãos conscientes das diversidades sexuais, ensinando-os a respeitar a orientação sexual de cada indivíduo e a aprender a conviver com estas diversidades, fazendo-os compreender que todos somos iguais... É necessário que a escola ao educar sexualmente vá além da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. E para o sucesso da escolarização é preciso que a família esteja junto para orientar as crianças e jovens. (professora 5).

As cursistas evidenciaram que o curso as despertou para questões antes silenciadas ou invisibilizadas em suas vidas pessoal e profissional. Relações de poder que envolve gênero, preconceitos em relação a orientação sexual, relatos de experiências em sala de aula, inclusão, violências de gênero, entre outros foram citados e problematizados mostrando, assim, que o curso foi significativo provocando uma sensibilização e até mudança de posturas na prática pedagógica.

Concordamos com Louro (2004) ao afirmar que na escola:

a sala de aula pode ser considerada o espaço privilegiado e propício para instigar e vislumbrar a construção de novas práticas sociais, de novas formas de agir e pensar que se fazem necessárias, pois é lá onde se operacionalizam as práticas educativas que possibilitarão mudanças e transformações sociais.¹³

Considerações Finais:

O Curso “formação de Professores em Gênero e Sexualidade” possibilitou a sensibilização das cursistas em discutir as temáticas de gênero e sexualidade com um olhar crítico e investigativo reconhecendo, para isso, os próprios preconceitos.

As cursistas demonstraram bastante interesse e abertura para o estudo. Para algumas professoras questões relacionadas a gênero e sexualidade são discussões novas, mas mesmo assim não sentiram envergonhadas em reconhecer que não tinham conhecimentos amplos sobre estes assuntos. As professoras reconhecem a necessidade dessa temática perpassando o currículo escolar de forma a quebrar preconceitos e promover uma Educação de fato transformadora.

Neste contexto, a formação é o caminho para visualizar uma escola aberta às questões até então consideradas “proibidas” e com condições de concretizar os objetivos do curso. Os

¹³ LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 124.



conhecimentos adquiridos pelas cursistas pode se tornar um diferencial no encaminhamento do projeto pedagógico da escola.

O curso atende uma das ações, para a educação Básica, do Plano Nacional de Direitos Humanos (2006) que foi construído em parceria com o Ministério da Educação e Secretaria Especial de Direitos Humanos:

Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas.¹⁴

Formações como essa devem ser estimuladas e apoiadas tanto pelo Governo como pela sociedade para que, de fato, tenhamos uma sociedade menos desigual e que a Educação seja um dos caminhos para essa mudança.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. e SILVA, Lorena B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BRANDAO, Elaine Reis e HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2006, vol.22, n.7.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

CADERNOS SECAD, nº 4. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, MEC/SECAD, 2007.

CAVALCANTI, Camila Dias. *Visíveis e Invisíveis: Práticas e Identidade Bissexual*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. 2007. Universidade Federal de Pernambuco.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio : Graal, 1993.

INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br/iat>. Acesso em 25 mai.. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

¹⁴ BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006, P. 24.



_____. *O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. 1975. Disponível em: <http://www.who.int/country/bra/en>. Acesso em 19 abr. 2010.

PARÂMETROS CURRICULARES: PLURALIDADE CULTURAL, ORIENTAÇÃO SEXUAL. Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF. Brasília. 1997.

PRADO, Marco Aurélio M. e MACHADO, Frederico V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.